Bolsas
Na quarta-feira
0,18% São Paulo
0,09% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
206.220 — 206.505
8/10 9/10 13/10 14/10

Na quarta-feira
R$ 5,028
(+ **0,17%**)

Dólar

	Últimos
6/outubro	4,975
7/outubro	5,011
8/outubro	5,024
9/outubro	4,985
13/outubro	5,020

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na quarta-feira
R$ 5,611

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,59%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Maio/2026	0,58
Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82

ATIVIDADE ECONÔMICA

Setores reagem à redução da escala 6x1

Entidades representativas dos patrões preveem crise. Dieese destaca mais atratividade de emprego CLT entre jovens

» ROSANA HESSEL

Entidades patronais criticaram, ontem, aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do fim da escala de trabalho 6x1, a PEC 221/2019, com ampla margem. O setor produtivo considerou a medida "eleitoreira", além de reforçar os riscos futuros para o emprego e a atividade econômica.

A proposta prevê cinco dias de trabalho e dois de descanso por semana, sem redução de salário, com implementação gradual. A jornada semanal passará de 44 para 42 horas 60 dias após a promulgação da emenda constitucional pelo Senado. E, um ano depois, para 40 horas. Vários senadores da oposição e da base governista admitiram que haverá ajustes na nova regra em categorias, como petroleiros e até jornalistas, devido às particularidades.

O economista José Francisco de Lima Gonçalves, professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP), considerou que, no próximo ano, com o novo Congresso mais conservador, a nova regra ainda sofrerá alterações, independentemente de quem vencer no segundo turno, no próximo dia 25.

"O resultado dessa votação será revisto, pois a oposição mente ao aprovar o projeto. Devem à Faria Lima e a seus formadores de opinião. Quem quer que seja o próximo presidente, será revisto. Por iniciativa do Congresso", alertou.

Já o economista Alexandre Sampaio Ferraz, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), defendeu que a aprovação da PEC pode tornar o emprego formal mais atrativo para os jovens. "As empresas vão ter um tempo de ajuste mas acho que o brasileiro só tem a ganhar com isso, inclusive, agora, para o jovem , o emprego CLT pode ficar mais atrativo. Porque o emprego formal exige jornada no sábado, o que não interessa mais ao jovem", avaliou Ferraz.

Vale lembrar que, apesar de a taxa de desemprego atualmente estar no menor patamar da história, de 5,3%, a desocupação entre os jovens está acima dessa média, variando de pouco mais de 11% até quase 20%, dependendo da faixa etária.

Ferraz ressaltou que a votação quase unânime entre os senadores repetiu o placar amplo da PEC na Câmara dos Deputados, em maio deste ano. "Ninguém quis ficar contra o trabalhador, e todo mundo tem o entendimento de que mudar a jornada é fundamental para o bem do trabalhador e para o bem da sociedade, além de gerar emprego e gerar trabalho decente", afirmou.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT), comemorou a redução da jornada de trabalho. "A aprovação da PEC 221/2019 resgata esse compromisso histórico e marca um divisor de águas na superação de um modelo arcaico e cruel que suga as energias de quem realmente trabalha e produz a riqueza desta nação. Garantir o fim da escala 6x1 é garantir dignidade, saúde, convivência familiar, tempo livre, cultura e lazer para a classe trabalhadora", destacou a nota da CUT, acrescentando que a conquista é "histórica" e "a demonstração inequívoca da força do povo brasileiro".

O Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) destacou que garantir mais tempo de descanso, convivência familiar e lazer "é reconhecer que a vida não pode ser reduzida apenas ao trabalho". "Viver com dignidade também significa ter tempo para cuidar da saúde, estar com quem amamos e existir para além da produtividade", destacou a nota, acrescentando que a "mudança impacta especialmente as mulheres, que historicamente acumulam jornadas duplas e triplas entre trabalho, cuidados domésticos e responsabilidades familiares".

CNI/Divulgação

A redução da jornada poderá exigir a contratação de mais 288 mil trabalhadores na construção, diz Cebic

Preocupação

A Confederação Nacional das Indústrias (CNI) considerou preocupante a aprovação da PEC 221/2019. Segundo a instituição, o setor industrial considera que a mudança aprovada em pleno período eleitoral representa "um retrocesso para o Brasil" e que haverá "perdas econômicas, demissões, repasse de custos para a população e inflação em todo o país" . "Lamentamos que a votação tenha sido feita sem mais debates com a sociedade brasileira e entendemos que os impactos dessa medida não foram devidamente mensurados", disse o presidente da CNI, Ricardo Alban, no comunicado.

A nota destacou ainda que levantamento recente da CNI mostra que a redução da jornada para 40 horas semanais, com manutenção dos salários, elevará os custos de produção em até R$ 267,2 bilhões e resultará em uma queda de 0,7% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, o equivalente a R$ 76,9 bilhões. Além disso, os dados apontam que os preços para o consumidor terão alta de 6,2% em média.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, por meio de nota, criticou o pouco tempo de debate da matéria e reforçou que a aprovação de PEC "trará impactos no funcionamento de setores essenciais, como saúde, educação, transporte, supermercados e químico, que precisam ser medidos com responsabilidade e seriedade", além de uma migração ao trabalho informal. "É importante relembrar que nenhum país no mundo engessou a escala de trabalho na sua Constituição. Decisões açodadas têm um preço alto. E, infelizmente, essa conta será paga por toda a sociedade", disse.

A Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) fez os mesmos alertas da CNI de impacto no PIB e na competitividade do país, mas reconheceu que a modernização das leis trabalhistas "é legítma". Além disso, informou que fará propostas que garantam segurança jurídica a setores "com escalas negociadas e a atividades de operação contínua".

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (Cebic) alertou que os impactos poderão começar a ser sentidos já em 2027, "em um cenário marcado pela escassez de mão de obra no setor da construção". Estudos da entidade apontam que a redução da jornada poderá exigir a contratação de aproximadamente 288 mil trabalhadores adicionais, pressionar os custos de produção e comprometer o ritmo de execução de obras de infraestrutura e de programas sociais, como o Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

O economista Ecio Costa, professor da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), considerou o momento eleitoral para aprovação da PEC do fim da escala 6x1 "o pior possível". Assim como as entidades patronais, ele acredita que haverá riscos inflacionários e para o emprego, além do aumento da informalidade. "O maior impacto vem sobre as micro e pequenas empresas MPEs que não têm investimento em pesquisa e desenvolvimento para fazer esse tipo de substituição. Isso vai terminar levando a uma pressão inflacionária na economia, com custos operacionais maiores e eventual queda de produção ou necessidade de redimensionamento de equipes", alertou.

A sessão plenária de ontem contou com 77 senadores de forma presencial ou remota. A maioria dos discursos dos parlamentares consideraram a votação como "histórica".

Indústria do game é regulamentada

» FERNANDA STRICKLAND

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu, ontem, que representantes da indústria de jogos eletrônicos se mobilizem para impedir retrocessos nas políticas de incentivo ao setor. Durante cerimônia no Palácio do Planalto, Lula afirmou que a regulamentação do Marco Legal para a Indústria de Jogos Eletrônicos representa o reconhecimento de uma política de Estado para os games no Brasil. "Mas se preparem porque fazer é difícil, destruir é apenas um passo", declarou o presidente, ao defender que os profissionais e empresários do segmento se organizem para preservar as medidas conquistadas.

A fala ocorreu durante a assinatura do decreto Desenvolve Gamers Brasil, que regulamenta a Lei nº 14.852/2024. A medida estabelece diretrizes para ampliar o financiamento da indústria, estimular a inovação, formar profissionais e fortalecer a produção nacional de jogos eletrônicos. Lula também alertou para possíveis resistências às políticas de incentivo, especialmente diante de críticas ao conteúdo dos jogos e à influência que eles podem exercer sobre crianças e adolescentes. "Se organizem, se organizem, para que vocês não permitam que ninguém tire o que vocês conquistaram, ninguém", afirmou.

Política de Estado

Durante o discurso, o presidente destacou a importância da participação da sociedade na construção de políticas públicas e defendeu a integração entre diferentes áreas do governo para garantir a continuidade das iniciativas.

Segundo Lula, a articulação entre ministérios permite que as medidas deixem de depender exclusivamente de uma pasta ou de um governante e passem a integrar a atuação institucional do Estado brasileiro. "Governar é a arte que você tem de ouvir a capacidade criativa da sociedade", disse.

O presidente também afirmou que as políticas públicas devem ser construídas por meio do diálogo entre diferentes setores da administração federal. Ao mencionar a regulamentação do marco legal, destacou que a iniciativa representa o reconhecimento institucional da indústria de jogos eletrônicos. "E o que vocês estão conquistando agora estão dizendo: 'O Estado brasileiro tem uma política de game'", declarou.

Ao encerrar, Lula incentivou os representantes do segmento a aproveitar as novas possibilidades de financiamento e desenvolvimento para ampliar a produção nacional. "Tire proveito e faça disso uma grande indústria, orgulho do Brasil", afirmou.

Foto: Ricardo Stuckert

O presidente Lula arriscou jogar uma partida no computador

Decreto

A ministra da Cultura, Margareth Menezes, afirmou que a regulamentação representa um avanço no reconhecimento dos jogos eletrônicos como parte da produção cultural brasileira. "Game é cultura, game é audiovisual", declarou durante a cerimônia.

Segundo a ministra, o decreto permite ampliar o acesso dos desenvolvedores brasileiros a mecanismos de financiamento e incentivo, incluindo a Lei do Audiovisual, a Lei Rouanet e o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA). A regulamentação também estabelece diretrizes para a integração dos jogos eletrônicos às políticas públicas de diferentes ministérios, com possibilidades de aplicação nas áreas de educação, saúde, formação profissional e desenvolvimento tecnológico.

Margareth ressaltou ainda a importância da proteção da propriedade intelectual e dos direitos autorais dos criadores. De acordo com ela, a medida busca transformar as diretrizes previstas na legislação em ações concretas para fortalecer a indústria nacional e ampliar sua competitividade.

Entre as medidas anunciadas está a proposta de redução do valor mínimo dos empréstimos do Fundo Setorial do Audiovisual destinados a empresas brasileiras de jogos eletrônicos. A Agência Nacional do Cinema (Ancine) deverá apresentar ao comitê gestor do fundo uma proposta para reduzir o limite de R$ 500 mil para R$ 150 mil.

O governo também pretende diminuir os juros dessas operações, de Taxa Referencial (TR) mais 2% para TR mais 0,5% ao ano. Para 2026, o FSA prevê R$ 460 milhões em crédito para a indústria audiovisual, incluindo o segmento de games.

Outra iniciativa prevê permitir que projetos de jogos eletrônicos captem recursos por meio dos incentivos fiscais da Lei do Audiovisual, conforme regras que ainda serão definidas pela Ancine. Para 2027, o Ministério da Cultura estima captar R$ 50 milhões para estruturar laboratórios e espaços de desenvolvimento e outros R$ 50 milhões para apoiar a produção, o lançamento e a comercialização de jogos brasileiros independentes.

O governo também anunciou o Rouanet Games, programa destinado à captação de patrocínios para o desenvolvimento de jogos nacionais por meio da Lei Rouanet, em parceria com empresas públicas.